

Sindsep/MA alerta para o prazo dos Exames Periódicos

O Sindsep/MA alerta seus filiados que estão no quadro do Ministério da Economia que o prazo para a realização dos Exames Periódicos está chegando ao fim. É muito importante que os servidores façam os exames para que possam ser detectados precocemente e prevenir o surgimento de doenças relacionadas ao trabalho ou não. Os exames periódicos em saúde são exames clínicos, laboratoriais e de imagens realizados anualmente pelos servidores.

O Ministério da Economia está realizando a convocação por meio do e-mail cadastrado dos servidores. Lembrando que o servidor tem noventa dias a partir da convocação para realizar os exames.

“É muito importante que todos os trabalhadores atendam ao chamado e realizem os exames. Essa é também uma oportunidade dos (as) companheiros (as) fazerem o monitoramento da saúde, e assim prevenir ou tratar algum tipo

de enfermidade de forma precoce” disse Raimundo Pereira, presidente do Sindsep/MA.

Depois de receber o e-mail com a convocatória, o servidor precisa acessar o site do SIGEPE, entrar em Saúde do Servidor, buscar Exames Periódicos, preencher o formulário e agendar a realização dos exames. Depois da realização dos exames os servidores deverão procurar o médico indicado no formulário para fazer a avaliação clínica.

EXAMES REQUISITADOS



- ✓ Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritograma, leucograma, plaquetas)
- ✓ Creatinina – pesquisa e/ou dosagem
- ✓ Colesterol – pesquisa e/ou dosagem
- ✓ Triglicerídeos – pesquisa e/ou dosagem
- ✓ Rotina de urina – caracteres físicos, elementos anormais e sedimentoscopia
- ✓ Transaminase oxalacética (amino transferase aspartato) – pesquisa e/ou dosagem
- ✓ Glicose – pesquisa e/ou dosagem
- ✓ Em consultório – observação e avaliação clínica
- ✓ Transaminase pirúvica (amino transferase de alanina) – pesquisa e/ou dosagem

EXAMES ESPECÍFICOS



Alguns exames serão solicitados de acordo com a faixa etária do servidor. Estão na lista os exames oftalmológicos para servidores acima de 45 anos, mamografia apenas para mulheres com mais de 50 anos, pesquisa de sangue oculto nas fezes para aqueles acima de 50 anos, e PSA (exame de sangue) para homens a partir de 50 anos.

OBS:

todos os exames estão a cargo da GEAP e serão custeados pelo governo federal sem qualquer custo aos servidores.

Sindsep/MA representa trabalhadores dentro do Condir em Caxias

Os diretores do Sindsep/MA, Raimundo Pereira (Presidente) e João Carlos Lima Martins, irão representar a entidade no Conselho Diretor (Condir) do Instituto Federal do Maranhão (IFMA), Campus Caxias, que será empossado no próximo dia 17 de setembro

O Condir é um órgão de natureza consultiva e deliberativa nas dimensões acadêmica, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar, e será a instância máxima no campus. Seus membros terão mandato de dois anos.

A criação do Condir foi aprovada em 2018, por meio de Resolu-

ção do Conselho Superior do IFMA que instituiu o regimento interno dos campi. O órgão é presidido pelo diretor-geral da unidade, membro nato. Os demais membros do Conselho são eleitos por seus pares nos segmentos dos técnicos-administrativos, professores e estudantes. Também há representações da gestão local, da Reitoria, de estudantes egressos, da sociedade civil e de sindicatos. Os conselheiros têm mandato de dois anos.

Ilegalidades de Moro e da Lava Jato entram na mira do STF

Cinco anos depois das primeiras ações, o Supremo Tribunal Federal (STF), que ignorava todas as denúncias de parcialidade, inconstitucionalidade das prisões e das sentenças resultantes da Operação Lava Jato, se prepara para dar um duro recado ao Ministério Público Federal e ao ministro da Justiça, Sergio Moro, ex-juiz da 13ª Vara Federal de Curitiba, responsável pelos processos ligados à operação.

Segundo reportagem de Thais Arbex na Folha de S. Paulo, publicada nesta quinta-feira (12), em outubro, o presidente do STF, ministro Dias Toffoli, deverá levar ao plenário as ações que questionam a constitucionalidade das prisões após condenação em segunda instância, como é o caso do ex-presidente Lula, e a decisão da Segunda Turma que anulou a sentença do ex-presidente da Petrobras e do Banco do Brasil, Aldemir Bendine – os ministros entenderam que ele tinha direito de se defender após as acusações feitas pelos delatores, mas ao julgar o caso, Moro deu prazo igual e concomitante para ele e os delatores apresentarem as alegações finais.

A divulgação das mensagens entre os procuradores da força-tarefa da Lava Jato do Paraná, obtidas pelo site The Intercept Brasil, está mudando o cenário na Corte. As mensagens que mostram troca de informações sobre as ações e até indicação de testemunha para os procuradores ouvirem, sugerem que Moro pode ter interferido na atuação da Pro-

curadoria. Já as mensagens de procuradores ironizando as mortes de Marisa Letícia, do irmão do ex-presidente Lula, Genival Inácio da Silva, o Vavá, e até do neto, Arthur Araújo Lula da Silva, impactaram vários ministros, entre eles, Cármen Lúcia que pela primeira vez votou contra a Lava Jato no caso Bendine.

Ministros ouvidos pela Folha, afirma Thais Arbex, disseram que a pauta da Corte deve ser tomada por julgamentos que, em suma, podem tornar sem efeitos decisões do ex-juiz e da força-tarefa coordenada pelo procurador Deltan Dallagnol, como as ações que questionam a constitucionalidade das prisões após condenação em segunda instância - uma das principais bandeiras da Lava Jato - e a discussão que anulou a sentença imposta por Moro a Aldemir Bendine.

De acordo com a publicação, segundo esses magistrados, a provável inclusão dos temas na pauta do plenário sinaliza que, hoje, já haveria maioria a favor das teses contrárias à Lava Jato. O presidente da Corte também admitiu antecipar o debate sobre uso de dados detalhados de órgãos de controle, como Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), Receita Federal e Banco Central, sem autorização judicial. Inicialmente, ele estava previsto para 21 de novembro. Em julho, Toffoli atendeu a um pedido da defesa do senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) e suspendeu investigações criminais que usassem informações detalhadas desses ór-



gãos. Moro chegou a procurar o presidente do Supremo, Dias Toffoli, para relatar sua insatisfação com a decisão, dizendo que ela poderia colocar em risco o combate à lavagem de dinheiro, o que irritou Jair Bolsonaro (PSL) e ampliou a desconfiança do Palácio do Planalto com o ministro da Justiça.

É nesse ambiente de desgaste de Moro, prossegue a reportagem, que Gilmar Mendes pretende retomar, também em outubro, o julgamento da alegada suspeição do ex-juiz —até lá, a avaliação no Supremo é a de que estará consolidada uma derrota de Moro na Segunda Turma da corte.

Os magistrados vão voltar a discutir um pedido de habeas corpus formulado pela defesa de Lula, no qual os advogados alegam falta de imparcialidade de Moro na condução do processo do triplex de Guarujá (SP). Se a solicitação for aceita, a sentença pode ser anulada e o caso voltaria aos estágios iniciais. Com isso, Lula poderia sair da cadeia, completa a Folha.

Fonte: CUT